

PREPARAR O FUTURO  
DO ATIVISMO É

# AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

## À LUPA

70 anos de Declaração  
Universal dos Direitos Humanos

## RADAR

Análise dos direitos  
humanos no mundo

## SECÇÃO

Fórum da Coragem,  
ecos e conclusões

## NESTA EDIÇÃO:



# 04

## NOTÍCIAS DA DIREÇÃO



# 22

## APELOS MUNDIAIS



# 06

## DOSSIÊ: TECNOLOGIA E O FUTURO DOS DIREITOS HUMANOS



# 26

## FÓRUM DA CORAGEM



# 32

## ENCONTRO DE JOVENS

**Imagem da capa:** © Amnesty International. 12 de fevereiro de 2011, dia de ação pelo Médio Oriente e Norte de África em Trafalgar Square, Londres.



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

## FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** Amnistia Internacional Portugal

**Diretor:** Pedro A. Neto (diretor-executivo)

**Equipa Editorial:**

Diretor - Paulo Fontes

Coordenação - Irene Rodrigues

Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

**Colaboram neste número:** Ana Carina Figueiredo, Irene Rodrigues, João Maria Borbon, João Pedro Pereira, José Alexandre Silva (dossiê), Patrícia Filipe, Paula Matreno, Paulo Fontes, Pedro A. Neto e Tanya O'Carroll.

**Revisão:** José Alexandre Silva

**Impressão:** Gráfica Central de Almeirim, Lda.

## AMNISTIA INTERNACIONAL



### CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua do Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

revista@amnistia.pt

info@amnistia.pt

(assuntos relacionados com donativos mensais)



[www.amnistia.pt](http://www.amnistia.pt)



[facebook.com/aiportugal](https://facebook.com/aiportugal)



[twitter.com/AmnistiaPT](https://twitter.com/AmnistiaPT)



[instagram.com/amnistia\\_pt](https://instagram.com/amnistia_pt)

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

# EDITORIAL

**IRENE RODRIGUES**

Coordenação editorial

Aqui vos chega mais uma edição da revista AGIR. É a última deste ano de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os aniversários são sempre uma ocasião para fazer balanços, lembrar o que era o mundo antes desta declaração e os progressos sem precedentes que foram sendo implementados nas vidas das pessoas desde a sua proclamação. Apesar disto, ainda há muito trabalho a ser feito até que esteja concretizada a visão da declaração universal de um mundo em que todos são, efetivamente, livres e iguais. Por isso devemos, todos os dias, lembrar que é dia de defender os direitos humanos.

No dossiê deste último número falamos dos chamados direitos de quarta geração. A internet, o mundo digital, a inteligência artificial, a vigilância online e de que forma estas áreas têm impacto sobre os direitos humanos. Também falamos dos projetos que a Amnistia está a desenvolver para, à luz das novas tecnologias, aumentar o número de ativistas envolvidos na defesa dos direitos humanos.

Esta AGIR está repleta de ações. Nas próximas páginas temos notícias sobre defensores e defensoras de direitos humanos. Sobre como se tornar defensor de direitos humanos e de como defender estas

pessoas. Damos a conhecer o mural inaugurado no festival Iminente dedicado a Marielle Franco, a defensora de direitos humanos que foi assassinada em março deste ano e que é um dos casos da campanha BRAVE e também da Maratona de Cartas. Sobre esta última, lembramos a importância de participar e damos dicas para organizar a sua própria maratona junto do seu círculo de amigos.

Falamos também de Coragem. Durante três dias vivemos o Fórum da Coragem. Neste evento juntámos organizações da sociedade civil, entidades governamentais e defensores de direitos humanos para falar sobre os grandes desafios dos direitos humanos da atualidade. Foram particularmente inspiradores os testemunhos de Vitalina Koval e de Idil Eser.

E sendo uma edição dedicada ao futuro não podíamos deixar de falar do Encontro de Jovens que reuniu mais de meia centena de participantes, na colónia balnear “o Século”, no Estoril, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para construírem uma sociedade melhor e um mundo onde os direitos humanos sejam uma realidade para todos.

Boas leituras!

© OLGA MALTSEVA/AFP/Getty Images



## CALENDÁRIO DE ATIVISMO

JAN

28

Dia Internacional em Memória das **Vítimas do Holocausto**

FEV

6

Dia Int. de Tolerância Zero à **Mutilação Genital Feminina**

12

Dia Internacional Contra o Uso de **Crianças Soldado**

MAR

8

Dia Internacional da **Mulher**

21

Dia Internacional **Eliminação da Discriminação Racial**

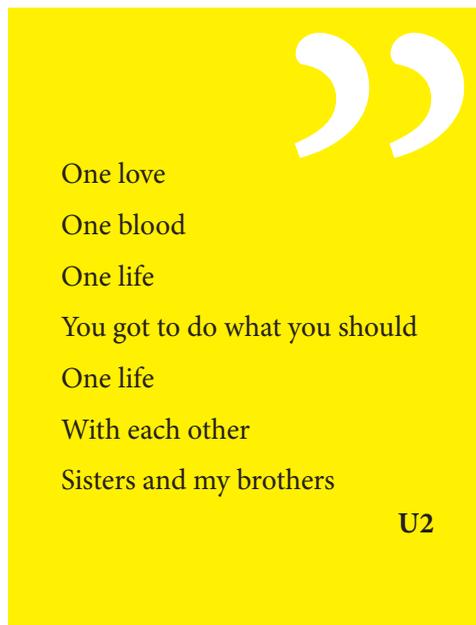
ANTENA 2

**CASOS DA AMNISTIA**

6ª feiras . 12h30 . 18h30

[www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia](http://www.amnistia.pt/programa-radio-casos-da-amnistia)

# “One love”: *Os Direitos Humanos*



## **A Amnistia Internacional tem um único amor: os Direitos Humanos.**

Por isso é inevitável começarmos pela comemoração do septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A horrenda tragédia dos conflitos mundiais originou este magnífico documento, onde são proclamadas a liberdade, igualdade e dignidade de todos os seres humanos. Ao longo de 30 artigos garante-se a proteção legal de todos e cada um. Celebrar a DUDH é celebrar a essência da Amnistia Internacional.

Desde a sua fundação que a Amnistia Internacional se mantém fiel a este amor singular, para demonstrar que, em nós humanos, corre um único sangue, habita uma só vida e que temos que fazer o que devemos para partilharmos essa vida em fraternidade. Todas as atividades, reuniões, manifestações, publicações, denúncias, petições... brotam deste profundo amor aos Direitos Humanos.

Em São Pedro do Sul, de 28 a 30 de Setembro, o Encontro de Estruturas fez eco dessa paixão. Foi um momento intenso em que as estruturas puderam partilhar boas práticas, refletindo em conjunto as suas experiências



© UN PHOTO

de ativismo. A Direção focou a sua intervenção partilhando os tópicos de decisão que foram votados na Assembleia Global, ocorrida em julho na Polónia, nomeadamente: extensão do período previsto para os atuais Objetivos Estratégicos até 2020; atualização da Política sobre o Aborto da Amnistia Internacional e desenvolvimento da Política sobre Controlo de Drogas e Direitos Humanos.

Na intervenção da Direção foi ainda privilegiada de forma dinâmica o tema dos papéis e responsabilidades no seio da nossa Organização. Por seu turno, a Equipa Executiva dinamizou formação, no âmbito da Comunicação e da Educação para os Direitos Humanos (EDH). A EDH constitui a pedra basilar para a construção de uma sociedade justa, à luz do preconizado pela DUDH. Assim, ao desenvolver competências para ação junto dos ativistas, a formação promoverá ações mais eficazes junto das pessoas e comunidades.

São muitos os desafios que se colocam à Secção Portuguesa nestes tempos conturbados e apenas pela capacitação dos seus membros e Estruturas será possível progredir no sentido de um

ativismo consistente e eficiente.

Capacitar foi também o lema do “Encontro de Formação, Capacitação e Liderança” que decorreu na Costa Nova, de 26 a 28 de outubro, e contou com a participação da Direção, Equipa Executiva e membros de Estruturas. A preparação e capacitação das atuais e futuras lideranças é uma prioridade. Só com líderes capazes podemos almejar a Secção Portuguesa mais forte e eficaz.

Neste sentido, assume particular importância a realização, no dia 24 de novembro, em Estremoz, o Conselho Geral, onde as Estruturas Operacionais tiveram oportunidade de dar o seu parecer sobre as várias atividades a desenvolver no próximo ano.

Já no mês de dezembro, destaca-se o Fórum da Coragem: no dia 7, o debate público sobre os modelos de acolhimento, no dia 8, a Assembleia Geral (apenas para membros) e no dia 9, o Fórum de Defesa dos Direitos Humanos, que contaram com a presença de ativistas internacionais, que com coragem e resiliência, vivem na pele, os riscos e a injustiça que os defensores de direitos humanos enfrentam diariamente na Turquia e na Ucrânia.

Foi uma oportunidade única para os membros e a sociedade civil refletirem conjuntamente, bebendo da experiência.

Para que um dia já não seja necessário comemorar a DUDH como um objetivo longínquo, mas que em todos os cantos do globo seja possível celebrá-la como uma prática diária, é fundamental comungarmos do espírito que a inspirou. Somente estando alinhados com os seus nobres propósitos poderemos vencer os enormes desafios num mundo, cada vez mais polarizado. De facto, 70 anos depois, ainda há tanto que fazer... E, em certos aspetos, parece até que regredimos. O discurso do ódio e da superficialidade procura tornar-se dominante entre os políticos, espalhando o medo nas redes sociais, pelo que a mobilização pela verdade e pela liberdade se assume como urgente. É tempo de sermos um, “one”, e levarmos nas nossas vozes o apelo dos que são silenciados, suportarmos com os nossos gestos os que são manietados pela injustiça...

Juntos seremos mais fortes para fazer o nosso trabalho: agir pelos Direitos Humanos. Rumo a **One Amnesty!**

## *Inteligência artificial e o futuro dos direitos*

***“Garantir que as discussões sobre o uso da inteligência artificial em todos os aspectos da vida sejam baseadas numa estrutura de direitos humanos, que trabalhem para reduzir, não aumentar, desigualdades, respeitando o direito à vida e melhorando a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”.***

Recomendações da Amnistia Internacional ao G20 sobre digitalização e direitos humanos.

Ao ler esta simples recomendação, muitos nós acham que ela é isso mesmo: simples. Mas depois, se analisarmos, de forma consciente, o nosso dia-a-dia, com as interações que vimos e lemos a cada hora - ou a cada cinco minutos - quando pegamos no telemóvel, tablet ou portátil, percebemos que a distância daquilo em que, no nosso subconsciente, acreditamos, é substancial em relação ao que vemos e, mesmo de forma inadvertida, algumas vemos fazemos.

No documento que a Amnistia apresentou ao G20 no âmbito do encontro que discutiui a questão sobre o tema “Shaping an Interconnected World”, o desafio lançado foi, por isso mesmo, que os países mais poderosos do mundo que, juntos, “constituem quase dois terços da população global, mais de 80% do PIB global”, que assumam o “compromisso

coletivo de garantir que os direitos humanos sejam parte fundamental do quadro de interconexão que se está desenvolvendo, dando assim um exemplo ao resto do mundo”.

### ***Os bons exemplos***

Ao longo deste dossiê vai poder ler diversos exemplos em que a Amnistia Internacional está a trabalhar, utilizando, de forma positiva, muitas ferramentas criadas com Inteligência Artificial. É assim, por exemplo, no programa “Amnesty Decoders”, assim como no “Digital Verification Corps”.

Todas as pessoas, incluindo os defensores de direitos humanos, beneficiam das oportunidades providenciadas pela tecnologia digital que permitem a ligação entre as pessoas de forma mais rápida e



mais eficaz, mas a Amnistia também lembra os potenciais efeitos adversos sobre os direitos humanos no que diz respeito ao uso da inteligência artificial.

### *Os dois lados da mesma moeda*

E são essas as principais preocupações da Amnistia. O mau uso da Inteligência Artificial. Os exemplos são muitos e alguns vão ser debatidos nestas páginas. Desde os insultos gratuitos nas plataformas sociais às fake news, passando pela vigilância total de tudo o que somos e fazemos por aqueles que, em primeira instância, nos deviam proteger.

Um exemplo simples: A tecnologia de reconhecimento de caras que é usado de forma pacífica numa qualquer rede social é a mesma que assume contornos mais preocupantes, quando é utilizada para monitorizar manifestações ou protestos públicos em programas de vigilância em grande escala. Uma moeda tem sempre dois lados, é natural que assim seja, mas a nós, a cada um de nós, importa saber que quem nos defende, só a utiliza para os motivos certos.

### *Declaração de Toronto*

A 16 de Maio de 2018 a Amnistia Internacional em parceria com a Acess

Now e outras instituições aprovou a Declaração de Toronto, sobre a proteção do direito à igualdade e à não-discriminação em máquinas com sistemas de aprendizagem. A Declaração é considerado “um documento histórico” que visa aplicar os “padrões internacionais de direitos humanos existentes” ao desenvolvimento e uso em máquinas com sistemas de aprendizagem ou mais comumente aceite como “inteligência artificial”.

Numa definição simplista, mais uma vez, a inteligência artificial pode ser definida como a possibilidade de “fornecer aos sistemas a capacidade de aprender e melhorar automaticamente a partir da experiência sem ser explicitamente programado”, o que numa boa análise, só entusiasma, mas que, no “lado lunar”, para citar Carlos Tê e Rui Veloso, gera preocupação e análise por parte das instituições que subscreveram este tratado.

Na declaração, no seu preâmbulo, aponta o caminho para a discussão: “Reconhecemos o potencial das máquinas com sistemas de aprendizagem a serem usadas para promover os direitos humanos, mas estamos cada vez mais preocupados com a capacidade de tais sistemas

possam servir para facilitar a discriminação intencional ou inadvertida contra certos indivíduos ou grupos de pessoas (...). Num mundo de inteligência artificial, quem será responsável por prejudicar os direitos humanos?”.

No entanto, na derradeira página do documento estão as conclusões onde, no último ponto, o que deve ser o nosso foco é resumidamente apresentado: “Os avanços tecnológicos não devem minar os direitos humanos. Estamos numa encruzilhada onde aqueles com o poder devem agir imediatamente para proteger os direitos humanos, ajudar a salvaguardar os direitos a que todos temos agora direito, e para as gerações futuras”.



Saiba mais sobre este tema em:

[bit.ly/InteligenciaArtificial-DH](https://bit.ly/InteligenciaArtificial-DH)

# O fiel do algoritmo

**JOÃO PEDRO PEREIRA**

Jornalista do Público

Um facto: os blogues, as redes sociais online e as aplicações de mensagens ampliaram drasticamente o potencial de disseminação e acesso à informação. Outro facto: com uma precisão e poder que só as tecnologias de informação permitem, estas ferramentas têm sido um instrumento eficaz para a censura e a cibervigilância, tanto em regimes repressivos, como em democracias (algo que ficou claro após as denúncias de Edward Snowden).

A massificação das ferramentas de comunicação online tem sido uma espada de dois gumes. E, em boa parte do mundo, quem a tem na mão são as poderosas plataformas online, geridas por empresas que tardam em assumir cabalmente as responsabilidades exigíveis a gigantescas máquinas globais de processamento de informação.

Os chamados buracos negros da Internet (onde se destacam países como a Arábia Saudita, o Egipto e a China, com a sua afamada “grande cibermuralha”) existem há muito. Mas o lado perverso das ferramentas de comunicação online tornou-se um tema quente sobretudo nos últimos anos, num despertar que aconteceu após o referendo do *brexit* e as eleições presidenciais dos EUA, onde a polarização de opiniões alimentada por

racismos e xenofobias teve um papel relevante.

Na última edição da Web Summit, um grande evento de inovação e tecnologia em Lisboa, um dos fundadores do Blogger (a ferramenta responsável por massificar os blogues) e do Twitter colocou uma questão que se ouve cada vez mais: “*A sociedade está melhor com os media sociais?*”. Deu, de seguida, a habitual resposta benévola:

*“Quando se pergunta isto, deve-se pensar em tudo o que hoje se dá por garantido e que não teríamos sem os media sociais. Todas as pessoas têm uma voz, que podem fazer ouvir sem gatekeepers. Muitas ideias importantes espalham-se desta forma. O MeToo e o Black Lives Matter espalham-se desta forma”.*

O argumento e os exemplos são verdadeiros. Mas isto não deve esconder uma multiplicidade de outros casos em que – por vezes, com o argumento falacioso da protecção da liberdade de expressão – a teimosia destas plataformas em permanecer no que dizem ser uma posição neutra teve consequências desastrosas. O argumento das empresas, tipicamente, é o de que as plataformas são de acesso aberto e que, salvo nos casos de ilegalidade gritante, controlar aquilo

que os utilizadores publicam seria um atentado à liberdade de expressão. Em última instância, a culpa recai sobre os famosos algoritmos.

*(...) os gigantes da Internet começam a perceber que as desculpas do “somos neutros” e “foram os algoritmos” não serve. Afinal, por trás desses algoritmos inteligentes (...) estão sempre decisões de humanos.*

O resultado desta postura não é bom. Ainda recentemente – e no que foi um avanço positivo – o Facebook reconheceu que devia ter “feito mais” para conter a disseminação de discurso de ódio em Myanmar, antiga Birmânia, contra a minoria rohingya.

No equilíbrio difícil entre os legítimos interesses de negócio e a responsabilidade a que a dimensão que têm devia obrigar, os gigantes da Internet começam a perceber que as desculpas do “somos neutros” e “foram os algoritmos” não serve. Afinal, por trás desses algoritmos inteligentes – e da própria opção de “neutralidade” – estão sempre decisões de humanos.



**O DIREITO À LIBERDADE DE PENSAMENTO E DE EXPRESSÃO**  
está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

**ART.º 18 / ART.º 19**



**DECLARAÇÃO  
UNIVERSAL DOS  
DIREITOS HUMANOS**

**ARTIGO 18º**

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

**ARTIGO 19º**

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

**JORNALISTAS PRESOS E ASSASSINADOS DESDE O INÍCIO DE 2018**

[ Dados: Repórteres sem Fronteiras, última atualização a 13 de dezembro ]

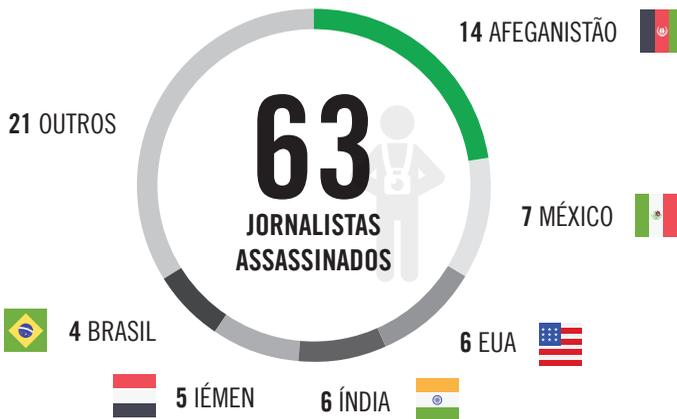


**AFEGANISTÃO É O PAÍS ONDE FORAM MORTOS MAIS JORNALISTAS.**

CLASSIFICADO EM 118º de 180 NO RANKING DA LIBERDADE DE IMPRENSA

**167**

**JORNALISTAS PRESOS**



**SEGURANÇA DOS JORNALISTAS POR MEIO DE COMUNICAÇÃO ENTRE 2012 E 2016**

[ Dados: UNESCO – Tendências sobre a liberdade de expressão e o desenvolvimento dos meios 2017/2018 ]



**JORNALISTAS ASSASSINADOS NA ÚLTIMA DÉCADA**

[ Dados: Repórteres sem Fronteiras, última atualização a 13 de dezembro ]





© Amnesty International

*Não há um único dia na nossa vida em que não possamos, de alguma forma, ter uma ação positiva para mudar o mundo.*

## *Monitorizar as violações de direitos humanos online*

Não há um único dia na nossa vida em que não possamos, de alguma forma, ter uma ação positiva para mudar o mundo. O nosso mundo. O mundo dos nossos familiares e amigos mais próximos. Mas também o mundo dos outros. Tornar o mundo melhor não é assim tão complicado. O exemplo mais utilizado é “ajudar uma ‘velhinha’ a atravessar a estrada”, mas também pode ser dar de comer a alguém que precisa ou estar atento ao que nos rodeia e ser um defensor dos direitos humanos. E é tão fácil nos dias de hoje!

Nos últimos anos a Amnistia Internacional tem estado na linha da frente no que se refere ao mundo digital e sido pioneira no uso de tecnologias de código de fonte aberta para investigar violações de direitos humanos e levar quem de direito à justiça. Se é verdade que em grande parte do mundo há muito mais acesso e é mais fácil o acesso à tecnologia,

não deixa, também, de ser verdade que em alguns locais mais remotos e, sobretudo, mais perigosos, tal não acontece.

Descobrir qualquer “deturpação” ou “violação” de qualquer lei ou de qualquer direito humano já não é fácil, por si só, de o fazer. Se o denunciarmos sem prova pode ser o primeiro passo para deixar de ser levado a sério. Daí tudo ter que ser provado e validado com documentos, fotos e/ou vídeos para depois, quando denunciado, ter valor legal em qualquer tribunal e ser uma ferramenta essencial na punição dos culpados.



**“STRIKE TRACKER”.**  
Aceita esta missão?  
[bit.ly/StrikeTracker](https://bit.ly/StrikeTracker)

## Digital Verification Corps

Na era digital, não é de surpreender que tecnologias online de código de fonte aberta sejam importantes para ajudar instituições internacionais a formar decisões, principalmente porque podem ser realizadas em locais de difícil acesso, onde um telemóvel pode ser a única testemunha capaz de partilhar uma história com o resto do mundo.

Uma das ferramentas criadas pela Amnistia foi o *Digital Verification Corps*, que é basicamente uma rede de mais de uma centena de voluntários em seis universidades internacionais a quem a organização deu formação em modos de verificação de dados. Os seus contributos foram essenciais para denunciar, de forma consubstanciada e provada, episódios de violação de direitos humanos.

De todos poderemos destacar dois exemplos: a *Gaza Platform* que denunciou os ataques de Israel à Faixa de Gaza entre julho e agosto de 2014 e todo o trabalho feito pela Amnistia e seus parceiros na apresentação de provas os ataques com armas químicas contra civis, em Jebel Marra, no Darfur pelas forças sudanesas.



## Citizen Evidence Lab

Como nada pode ser feito ao acaso, outro dos projetos de colaboração voluntária que a Amnistia tem ao seu dispor é o *Citizen Evidence Lab*, que é composto por advogados e investigadores de direitos humanos que trabalham em conjunto, para validar todas as imagens e vídeos que recebem a relatar violações de direitos humanos.

Na página online do projeto é explicado todo o procedimento e os motivos pelos quais é fundamental comprovar e validar todas as imagens e vídeos enviados. Isto porque este “laboratório” apenas analisa o que é enviado por pessoas comuns, que não estejam ligadas à Amnistia. Pode ser qualquer um de nós, que testemunha um facto e que quer denunciar. Só que sabemos que no mundo há pessoas bem e mal-intencionadas e que podem querer prejudicar a nossa luta diária por uma sociedade mais justa e equitativa. A estes nossos voluntários nada escapa!

## Amnesty Decoders

Todos nós podemos ser um. Assim como são, em 150 países de todo o mundo, mais oito voluntários, que se juntaram a esta ideia em pouco mais de dois meses. A Amnesty Decoders não é uma plataforma inovadora para voluntários que, utilizando os seus computadores ou telemóveis, podem ajudar investigadores a analisar fotografias, informação e documentos de “ações urgentes”.

Com esta ferramenta a Amnistia teve

## As “Fake News”

Este é, por exemplo, um dos casos mal-intencionados que falávamos no parágrafo anterior. As “fake news” são, nos dias de hoje, um problema. Que mente, que distorce, que cria realidades paralelas e, principalmente, cria factos onde eles não existem. Os objetivos são claros e evidentes: destruir alguém ou algo.



Consciente desse problema crescente, a Amnistia tem trabalhado de forma afinçada na ajuda para o eliminar, tendo

criado uma parceria com a *Truly Media* que irá permitir combater as “fake news” usando técnicas de ponta de verificação digital para identificar as notícias verdadeiras e fraudulentas publicadas nas páginas de “social media”.

a ajuda para “decifrar” cerca de 2500 ações urgentes que se revelaram fundamentais para a realização de relatórios sobre, por exemplo, os “bombardeamentos” em Raqqa, na Síria, a limpeza étnica dos rohinga em Myanmar, a poluição feita por companhias de Petróleo na Nigéria e os ataques às mulheres no Twitter, num estudo que daremos conta nestas páginas.



@ David Jiang

## Mulheres expostas a abusos e violência online

O insulto sempre foi uma forma de abuso utilizada pelos menos preparados e menos qualificados para atingir alguém conhecido. Seja conhecido particularmente ou conhecido mundialmente. No entanto, a forma e o meio como se insulta foi evoluindo, acompanhando as inovações e estando, muitas vezes, à frente de toda e qualquer forma de o evitar e punir.

Também sabemos que há pessoas mais fáceis de insultar. É mais fácil insultar e até agredir alguém LGBTI ou com algum tipo de deficiência sem ser punido ou criticado. E também é mais fácil colocar em causa, das formas mais vis, todas as capacidades e qualidades da mulher, utilizando argumentos medíocres e, até, de baixo nível para justificar o sucesso de alguém que “peca”, passando a ironia evidente, por ser mulher.

Numa era em que as redes sociais são parte importante no dia-a-dia de todas as pessoas do mundo, não deixa de ser muito preocupante que seja utilizada, tantas vezes sob o cobro do anonimato, das *fake news* e de perfis falsos, para insultar, denegrir, colocar em causa e agredir as mulheres, colocando-os em situações de stress, preocupação e medo, não só por si mas também por todos os que lhes são queridos.

### Dois estudos sobre o Twitter

O Twitter é uma plataforma “social media” usada por centenas de milhões de pessoas em todo o mundo para debater e partilhar informações. É considerado como uma ferramenta poderosa, no qual as mulheres, da área da política e governação, a jornalistas, ativistas e escritoras ou, simplesmente mulheres, utilizam para se manter atualizadas e atentas sobre o que se

23%

Quase um quarto das mulheres reportaram ter sido **alvo de abusos ou assédio online pelo menos uma vez**

Mais de metade das mulheres indicam que **os ataques tiveram origem em pessoas desconhecidas.**

59%

26%

Declararam que **foram partilhados os seus dados pessoais** ou informações que permitiam a sua identificação (“doxing”).

Mais de três quartos das mulheres que sofreram abusos **mudaram a forma como usam as redes sociais.**

76%

passa no mundo e no seu mundo.

No entanto, dois estudos da Amnistia Internacional (AI), mostram, e provam, que o Twitter é um local onde as mulheres são alvo de abusos e violência e que, apesar de todos os esforços e promessas feitas, não tem sido possível proteger todas as mulheres desses agressores.

## Os relatórios

No primeiro estudo (novembro de 2017), a Amnistia Internacional comissionou uma sondagem à IPSOS MORI, que analisou as experiências de cerca de quatro mil mulheres entre os 18 e os 55 anos na Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Itália, Nova Zelândia, Polónia, Reino Unido e Suécia. De forma preocupante, quase um quarto das inquiridas (23%) nos oito países reportaram ter sido alvo de abusos ou assédio online pelo menos uma vez, variando entre 16% de casos registados em Itália e 33% nos Estados Unidos.

A conclusão é inquietante: 41% das mulheres que foram alvo de abusos e de assédio online declararam que, em pelo menos uma ocasião, estas experiências as fizeram sentir que a sua segurança física estava ameaçada. De entre as participantes na sondagem, 58% – no total de todos os países – que sofreram abusos ou assédio disseram que os mesmos incluíam racismo, sexismo, homofobia ou transfobia. E 26 % declararam que foram partilhados nesses atos de abuso e assédio online seus detalhes pessoais ou que permitiam a sua identificação

(prática conhecida como “doxing”).

Mais de metade (59%) das mulheres que foram alvo de abusos ou assédio online reportaram que os mesmos tinham origem em pessoas que lhes eram totalmente desconhecidas.

O segundo estudo (março de 2018) assentou em investigação quantitativa e qualitativa feita ao longo de 16 meses pela Amnistia Internacional. E baseou-se em entrevistas a 86 mulheres e pessoas cujas identidades de género não se refletem no binário masculino-feminino, incluindo personalidades políticas, jornalistas e utilizadores comuns no Reino Unido e nos Estados Unidos, sobre as suas experiências com o falhanço do Twitter em lidar de forma séria com as denúncias de abusos.

Este estudo, lançado no dia em que se comemorava doze anos do lançamento do primeiro tweet, mostrou que a empresa está a fracassar no respeito pelos direitos humanos das mulheres devido à sua resposta inadequada e ineficaz à violência e aos abusos.

## Argumentos dos dois lados

“As mulheres têm o direito de viver livres de discriminação e de violência, tanto online como fora do mundo digital. Ao permitir que os abusos contra as mulheres prosperem, o Twitter está a debilitar esses direitos. Apesar das repetidas promessas feitas de limpeza da plataforma, muitas mulheres enfrentam no Twitter ameaças de morte, ameaças de violação e insultos racistas e homofóbicos que sujam os seus feeds”, descreve a

investigadora da Amnistia internacional Azmina Dhrodia, perita em Tecnologia e Direitos Humanos. “O Twitter não está a providenciar soluções adequadas a quem passa por essa violência e abusos na plataforma”, avança Azmina Dhrodia. “A empresa tem a responsabilidade de fazer muito mais para respeitar os direitos humanos das mulheres”, exorta.

O diretor e presidente do Twitter, Jack Dorsey prometeu que tornaria a empresa publicamente responsável nos esforços para melhorar a “saúde” das conversações na plataforma. No entanto, em comunicado, a empresa também diz que “não pode apagar o ódio e os preconceitos da sociedade”, e explicou ter feito mais de 30 mudanças na plataforma, com o objetivo de melhorar a segurança, além de ter alargado as circunstâncias em que são tomadas ações sobre tweets abusivos.

Porém, apesar de vários pedidos feitos pela Amnistia, o Twitter recusou-se a tornar públicos dados relevantes sobre a forma como a empresa responde aos relatos de violência e de abusos e isso é, para a organização de direitos humanos, algo fundamental: “Se não forem tomadas mais medidas concretas para identificar efetivamente e responsabilizar quem comete os abusos e a violência contra as mulheres na plataforma, o Twitter não pode afirmar de forma convincente de que está ao lado das mulheres”, justifica Azmina Dhrodia.



© Amnesty International

## *O caso Snowden – o dia em que mudámos a nossa visão do mundo online*

Se há dia que marca bem o início de uma nova era, neste novo milénio, é o dia 5 de junho de 2013. Nesse dia, vindo do nada, Edward Snowden revelou ao mundo factos considerados tão chocantes quanto surpreendentes: as agências de serviços secretos norte-americanas e britânicas estavam a monitorizar os telefonemas e as atividades na internet de milhões de pessoas do mundo inteiro. Num retrato das capacidades de vigilância da NSA, foi revelado que a agência coligia cinco mil milhões de registos de localização de telemóveis por dia, e 42 mil milhões de dados de Internet – incluindo endereços de email e históricos de navegação – por mês.

A notícia teve um impacto brutal em todo o mundo. Desde os mais conhecedores do meio digital, passando pelos meros utilizadores, até aos que pouco sabiam sobre o assunto. Quantos de nós não questionaram, nesse dia, tudo o que tinham feito ou dito na internet ou ao telefone e se tal não os colocaria em causa ou, pelo menos, embaraçados?

Essa “violação” ao nosso íntimo teve um efeito devastador e para Edward Snowden começou uma luta que dura até aos dias de hoje. Por ter denunciado este esquema e por defender os direitos humanos de todas as pessoas de espionagem em grande escala, Snowden teve que sair dos Estados Unidos e abandonar a sua família, entrando na clandestinidade.

### *Sondagem a 15 mil pessoas*

Sensivelmente dois anos depois de Snowden ter denunciado o caso, a Amnistia Internacional,

#### **FACTOS**

##### **TORNADOS PÚBLICOS DEPOIS DA DENÚNCIA DE SNOWDEN**



Os espões norte-americanos e do Reino Unido **conseguem ligar o microfone do seu telemóvel e ouvir as suas conversas**, mesmo que o seu telefone esteja desligado.



Por dia, os espões norte-americanos **partilham mais de 200 milhões de mensagens de texto** com o Reino Unido



Os espões norte-americanos e do Reino Unido **armazenaram imagens de webcams de milhões de utilizadores** da internet sem que estes suspeitassem.



em março de 2015, apresentou os resultados de uma sondagem efetuada a 15 mil pessoas de 13 países de todos os continentes do mundo, na qual a conclusão que se tira é totalmente esclarecedora: 71 por cento dos consultados opõem-se firmemente às práticas de vigilância que os Estados Unidos fazem da sua utilização e navegação na Internet. E quase dois terços disseram que querem que as empresas de tecnologia – como a Google, a Microsoft e a Yahoo – garantam a segurança das suas comunicações de forma a evitar o acesso às mesmas por parte de entidades governamentais.

Em todos os 13 países cobertos nesta sondagem, as pessoas disseram com clareza que não querem que os seus governos intercetem, armazenem e analisem o uso que fazem da Internet e dos telefones. Em média, os que se manifestam contra a vigilância feita pelo seu Governo são mais do dobro (59 por cento) dos que a aprovam (26 por cento).

### **Relatório após o Freedom Act**

Depois da denúncia de Snowden, os Estados Unidos da América, liderados na altura por Barack Obama, aprovaram a 2 de junho de 2015 o *Freedom Act* que restaurou de forma modificada várias disposições do *Patriot Act*, que haviam expirado no dia anterior. O novo documento impôs novos limites à coleta em massa de metadados de telecomunicações para cidadãos norte-americanos por agências de inteligência americanas, incluindo a Agência Nacional de Segurança (NSA).

Ainda assim e após este primeiro sinal de um governo querer mudar a sua política neste âmbito, a Amnistia Internacional e a *Privacy International*, outra organização não-governamental, publicaram um relatório a 5 de junho de 2015 no qual alertaram para o facto “dos governos pelo mundo inteiro estarem a tentar manter e expandir os seus programas de vigilância em larga escala...”

### **Algumas medidas positivas**

Depois do caso mais mediático e ainda passível de muita discussão, das eleições norte-americanas que elegeram Donald Trump, algumas das maiores empresas de tecnologia, como o Facebook, a Google e a Apple, têm estado a aumentar a segurança predefinida nas configurações e a fornecer aos clientes a encriptação de dados – assim, se alguém intercetar uma mensagem, email ou chamada, não vê mais do que sequências de caracteres sem sentido. Na mesma linha estas mesmas empresas e outras, como a Microsoft, o Twitter e a Yahoo – lançaram uma campanha contra a recolha maciça e indiscriminada de dados pessoais.

Também foi aprovado, na União Europeia, o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), que entrou em vigor no último dia 25 de maio de 2018. Com esta mudança, que se todos se recordam encheu as nossas caixas de correio eletrónicas de imensos “emails” de todas as empresas, o utilizador passou a estar protegido no concerne à recolha e manuseamento dos seus dados pessoais. Mais, podem saber o que é que as empresas estão a

fazer com eles e, sobretudo, podemos pedir, a qualquer momento, que os nossos dados sejam apagados, através de um pedido de “esquecimento”.

### **O arrependimento de Snowden**

Apesar de em 2017 mais de um milhão de pessoas (1.101.252) de 110 países terem pedido ao antigo presidente norte-americano Barack Obama que perdoasse Edward Snowden, o que é certo é que o ex-administrador de sistemas da *Central Intelligence Agency* (CIA) e antigo consultor subcontratado da Agência de Segurança Nacional norte-americana (NSA) continua na clandestinidade, sem ter a hipótese de voltar a casa e ver a sua família.

Ainda assim, não há espaços para arrependimentos. Melhor, numa entrevista à Amnistia em 2015, Edward Snowden assumiu ter apenas um, ou seja, o de não ter divulgado o caso mais cedo: “Tenho apenas um arrependimento: devia ter contado tudo mais cedo. Se o tivesse feito, creio que teríamos um muito maior nível de liberdade nas nossas vidas online. Porque o grande desafio que enfrentamos na reforma destes programas de vigilância é que depois de o dinheiro ter sido investido e depois de aquelas práticas se terem institucionalizado em segredo, sem a opinião pública o saber, é muito difícil mudá-las. O governo não quer arrancar o mal pela raiz, acabar com estes sistemas e deitá-los fora”.



© Rudi Netto

## ENTREVISTA

### TANYA O'CARROLL

Diretora do Programa das Áreas Temáticas Globais, Tecnologia e Direitos Humanos.

## Tecnologia e Direitos Humanos

*Tanya O'Carroll iniciou o primeiro projeto da Amnistia sobre Tecnologia e Direitos Humanos em 2012, quando a equipa a que pertencia criou o "Panic Button", uma solução inovadora para apoiar defensores dos direitos humanos com recurso à tecnologia. Foi cofundadora da equipa de Tecnologia e Direitos Humanos em 2015 e onde tem trabalhado desde então. Em 2018 passou a coordenar a área de Tecnologia e Direitos Humanos.*

### **PORQUE É QUE A AMNISTIA INTERNACIONAL ESTÁ A INVESTIR EM PROJETOS DIGITAIS PARA INVESTIGAR VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS?**

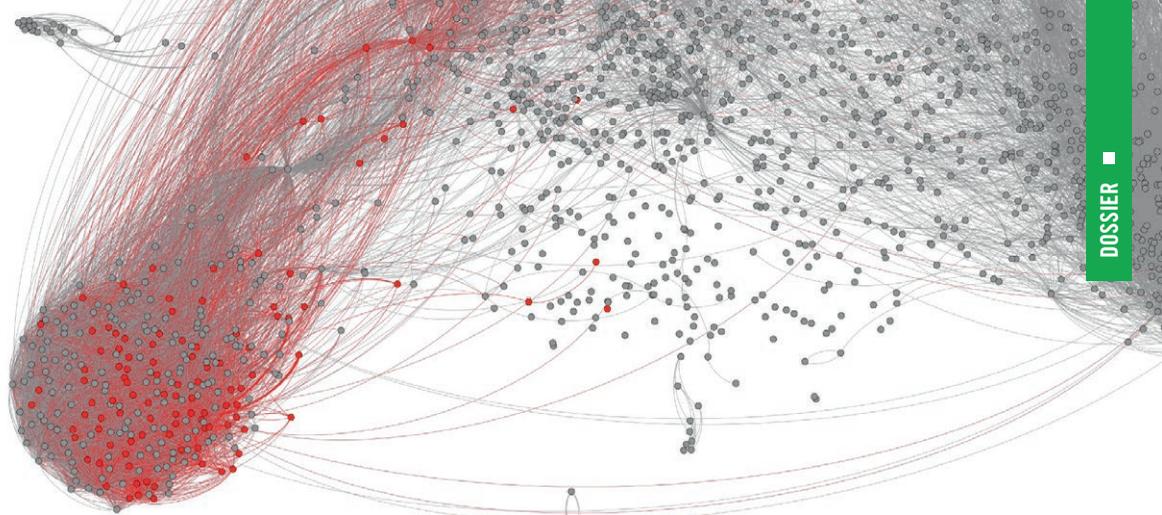
Os últimos dez anos mudaram profundamente muitos aspetos do mundo em que vivemos e isso aplica-se também ao campo dos direitos humanos. Com a chamada "primavera árabe" viveram-se tempos muito estimulantes e de grande otimismo pela forma como as novas tecnologias e os novos media estavam a transformar a sociedade de forma positiva e como estimulavam os movimentos sociais. Vimos cidadãos ativistas usar as câmaras de filmar dos telemóveis para documentar situações de brutalidade policial ou para documentar o uso excessivo da força por parte dos militares em protestos na rua. Vimos pessoas a organizarem-se nas redes sociais. Nessa altura a Amnistia percebeu o potencial das novas tecnologias para ligar as pessoas em todo o mundo.

Contudo, para a Amnistia, um grande momento de viragem foi junho de 2013, quando se tornou claro que os governos de vários países, os Estados Unidos da América, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, tinham efetivamente monitorizado tudo

o que tinha sido dito e feito online. Mas percebemos também que este padrão de uso das tecnologias de vigilância não se resumia aqueles cinco países. Cada vez mais países estavam a usar a vigilância online para controlar as pessoas que defendem os direitos humanos. A sociedade civil ficou sob ameaça e, por isso, há uma nova linha da frente no nosso trabalho e que é na esfera digital. Temos que ser capazes de usar as tecnologias a nosso favor.

### **A RESPOSTA FOI CRIAR UMA ÁREA PARA DESENVOLVER PROJETOS DIGITAIS?**

A resposta da Amnistia a este novo desafio foi criar a equipa de Tecnologia e Direitos Humanos em 2015. Agora, 3 anos depois, somos uma equipa de 20 pessoas em nove locais diferentes do mundo, em quatro continentes. Na equipa de Tecnologia e Direitos Humanos somos uma mistura de investigadores tradicionais de defensores de direitos humanos com conhecimentos especiais sobre o panorama digital e de peritos em tecnologia. Sete destas pessoas são especialistas em tecnologia, hackers, investigadores na área da tecnologia, capazes de descobrir os tipos de ataques cibernéticos e a origem dos mesmos.



Mapeamento de ataques organizados de trolls a ativistas e jornalistas no México

Assim, nasceram vários projetos. O primeiro a ser criado foi o Evidence Lab que pretende analisar de que forma as novas tecnologias podem ser usadas diretamente como provas de todos os tipos de abusos de direitos humanos. Desde atrocidades a derrames de petróleo, qualquer coisa que possa envolver tipos de informação não tradicionais, incluindo imagens de satélite ou vídeos colocados no youtube por ativistas.

Depois criámos o Digital Verification Corps, que trabalha em parceria com universidades, e consiste em formar uma nova geração de investigadores de direitos humanos a quem possamos recorrer quando temos muitas horas de filmagens e imagens que precisam de ser analisadas e não temos capacidade ou tempo para o fazer.

E mais recentemente o projeto Decoders onde trabalhamos com voluntários que nos ajudam a verificar dados para reforçar a nossa investigação. Um dos exemplos do projeto Decoders é o da violência online contra mulheres, que pelo facto de terem um perfil público e expressarem a opinião online no Twitter são alvo de ataques. Usando um “exército” de milhares de ativistas conseguimos identificar e denunciar os conteúdos abusivos.

### QUANTOS VOLUNTÁRIOS ESTÃO ENVOLVIDOS NOS VÁRIOS PROJETOS?

Varia de projeto para projeto. No Digital Verification Corps o número de voluntários é pequeno. Por um lado, temos um pequeno número de pessoas que são altamente qualificadas nas universidades, 30 pessoas numa turma, por outro, nos Decoders, são milhares de pessoas a participar.

### QUAL DOS PROJETOS CONSIDERA QUE TEM MAIS SUCESSO?

Fizemos vários projetos para expor os ciberataques contra defensores de direitos humanos e ativistas. Por exemplo, há dois anos publicámos um estudo sobre redes de trolls no Twitter que atacavam ativistas de direitos humanos e jornalistas no México. Estes trolls trabalhavam coordenados para tornar ameaças de morte virais. Estas táticas de intimidação são eficazes porque não é possível saber a origem dos ataques. No México, a questão que se colocava era saber se os ataques vinham dos cartéis de droga ou se o governo estava a pagar a alguém para criar contas falsas para imitar o modo de atuação dos cartéis de droga. Com o estudo conseguimos mapear a rede que estava a fazer as ameaças e, pela primeira vez, expor a rede. Como consequência, o Twitter pode atuar e apagou 38 mil contas.

Com estes projetos podemos complementar os métodos de investigação tradicionais com outro tipo de provas que nos permitem saber o que acontece em países onde não conseguimos ir fazer investigação no local. Os vídeos e imagens de satélite têm sido muito importantes para apoiar o nosso trabalho e confirmar as violações de direitos humanos que estavam a ser cometidas contra os rohingya. O que é empolgante é que em cada projeto, e cada área é pioneira, é algo que nunca fizemos antes e isso lança-nos desafios.

### O QUE PODEM OS MEMBROS FAZER PARA DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS ONLINE?

O facto de as pessoas participarem nestes projetos, ao verificarem grandes quantidades de informação sobre potenciais violações de direitos humanos, capacitam a Amnistia para ser mais eficaz nas denúncias dessas violações. Por outro lado, ao participarem nestes projetos as pessoas ficam mais alerta para os tipos de abusos de direitos humanos que estão a acontecer no mundo, o que pode incentivar mais pessoas a juntarem-se à Amnistia e desta forma participarem diretamente na mudança.



À LUPA

© REUTERS

## O que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos e porque é que foi criada?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento que representa um itinerário para a liberdade e igualdade – que protege os direitos de toda as pessoas, em qualquer parte do mundo. Foi a primeira vez que os países chegaram a acordo sobre as liberdades e os direitos que mereciam a proteção universal de forma a que todas as pessoas pudessem viver as suas vidas em liberdade, igualdade e dignidade.

A DUDH foi adotada pelas Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, em resposta aos “atos bárbaros que [...] indignaram a consciência da humanidade” durante a Segunda Grande Guerra. A sua adoção reconhece os direitos humanos como sendo a fundação da liberdade, justiça e paz.

A elaboração da DUDH começou em 1946, com a criação de um comité, composto por

representantes de vários países, incluindo EUA, Líbano e China, responsável pela redação de uma proposta de texto. Este comité foi posteriormente alargado para incluir representantes da Austrália, Chile, França, União Soviética e Reino Unido, o que permitiu beneficiar de contributos de estado de todas as regiões, com as suas diferentes religiões, contextos políticos e culturais. A DUDH foi depois à discussão de todos os membros da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e adotada pela Assembleia Geral em 1948.

A declaração contém 30 direitos e liberdades que pertencem a todos e que ninguém nos pode tirar. Os direitos que foram contemplados continuam a formar as bases da lei internacional de direitos humanos. Hoje, a declaração continua a ser um documento vivo. É o documento mais traduzido em todo o mundo.



© UN PHOTO

## Qual a sua utilidade?

A DUDH representa um marco. Pela primeira vez, o mundo tinha um documento com o qual todos concordavam que definia todos os seres humanos como sendo livres e iguais, independentemente do sexo, cor, credo, religião ou outras características.

Os 30 direitos e liberdades inscritas na DUDH incluem o direito a não ser submetido a tortura, o direito à liberdade de expressão, o direito à educação e o direito a procurar asilo. Inclui direitos civis e políticos como o direito à vida, liberdade e privacidade. Também inclui direitos económicos, sociais e culturais, como o direito à segurança social, saúde e habitação adequada.

## Universais, indivisíveis e interdependentes

Todos os direitos humanos são importantes, e todos os governos devem tratar os direitos humanos de um modo justo e equitativo, da mesma forma e com o mesmo empenho. Todos os estados têm o dever, independentemente do seu sistema político, económico e cultural, de promover e proteger todos dos direitos humanos de todas as pessoas sem discriminação.

Cada ser humano tem os mesmos direitos inalienáveis. O que quer dizer que os direitos humanos são os mesmos para cada homem, mulher e criança em todo o mundo, independentemente das suas circunstâncias.

A declaração também mostra que todos os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis. Todos os 30 artigos da declaração são igualmente importantes e ninguém pode decidir que alguns são mais importantes do que outros. Retirar um direito tem impacto negativo sobre todos os outros.

## Qual é a sua relevância 70 anos depois?

A DUDH aplica-se a todas as pessoas, em todos os países do mundo. Embora não seja vinculativa, a proteção dos direitos e liberdades nela inscritos foi incorporada em muitas constituições, como é o caso da constituição portuguesa, e em legislações nacionais e internacionais.

A declaração também serviu de alicerce a muitos outros tratados de direitos humanos que foram criados e tornou-se no padrão universal de direitos humanos que devem ser promovidos e protegidos em todos os países.

A DUDH continua a servir de base à legislação e normas nacionais e internacionais. Para organizações como a Amnistia Internacional que estão comprometidas com a promoção e defesa dos direitos humanos, funciona como inspiração para a nossa visão e missão.

## De que forma é que a Amnistia Internacional luta pelos direitos na DUDH?

A DUDH é a pedra angular dos direitos pelos quais a Amnistia, e a sua poderosa base de sete milhões de pessoas, luta todos os dias.

Há mais de 50 anos que agimos e fazemos campanhas pela justiça, liberdade, verdade e dignidade onde quer que estas sejam negadas. Investigamos e divulgamos os abusos de direitos humanos onde quer que aconteçam.

Mobilizamos o movimento global para atuar sobre indivíduos que estão em risco e contribuimos para tornar os direitos humanos uma realidade para todos.



Saiba mais em:  
amnistia.pt



RADAR

## Um ano definido pela resistência das mulheres

Em 2018, testemunhámos muitos deste líderes “armados em duros” a tentarem minar o princípio básico da igualdade – a base da lei de direitos humanos. Eles procuraram demonizar e perseguir as comunidades já de si marginalizadas e vulneráveis. Mas em nenhum outro campo a luta pela igualdade foi tão visível como na luta pelos direitos humanos das mulheres.

### O poder das vozes das mulheres

Durante 2018, em todo o mundo, as mulheres têm estado da dianteira da batalha pelos direitos humanos. Na Índia e na África do Sul, milhares saíram às ruas para protestar contra a violência sexual endêmica. Na Arábia Saudita e no Irão respetivamente, mulheres ativistas arriscaram ser presas por resistirem à proibição de condução e à obrigatoriedade de usar hijab (véu). Na Argentina, na Irlanda e na Polónia, manifestantes saíram à rua, em grande número, para exigir o fim de leis antiaborto opressivas. Nos Estados Unidos da América, Europa e no Japão, milhares juntaram-se para apoiar a marcha #MeToo liderada pelas mulheres para exigir o fim da misoginia e dos abusos. No nordeste da Nigéria, milhares

de mulheres deslocadas, mobilizaram-se para pedir justiça para os abusos que sofreram às mãos dos combatentes do Boko Haram e das forças de segurança nigerianas.

O poder germinador das vozes das mulheres não pode ser considerado exagerado. Estimulado por poderosos gritos de que os direitos das mulheres sejam finalmente respeitados, os cidadãos da Irlanda votaram estrondosamente para que fosse revogada a proibição do aborto. Na Arábia Saudita, as mulheres estão finalmente a ter direito a conduzir. Na Islândia e na Suécia, novas leis foram aprovadas reconhecendo que o sexo sem consentimento como violação. Nos Estados Unidos da América, acusações de má conduta sexual lançaram ondas de choque sobre a Hollywood patriarcal, desafiando décadas de impunidade.



Leia a mensagm completa de Kumi Naidoo no “Rights Today”:  
[bit.ly/DireitosHoje](https://bit.ly/DireitosHoje)

# o ano em (algumas) imagens

**23% DESIGUALDADE SALARIAL  
COM BASE NO GÉNERO**



© BIKO MACOINS/AFP/Getty Images

Esther Njuguna, vendedora de água em Nairobi, 2 de março de 2018. Mãe de quatro filhos, ela tem vendido água nos últimos 18 meses, uma opção de negócio que ela fez depois de ter percebido que ninguém lhe levou água quando ela necessitou.

**DIMINUIÇÃO DE 54% NA  
RECOLOCAÇÃO DE REFUGIADOS**



© REUTERS/Giorgos Moutafis

Dois rapazes migrantes caminham por uma área improvisada perto do campo para refugiados e migrantes de Moria, na Ilha de Lesbos, na Grécia em 17 de setembro de 2018.

**APROXIMADAMENTE 300 CRIANÇAS AINDA NÃO  
FORAM REUNIDAS COM PAIS OU GUARDIÕES NOS EUA**



© REUTERS/Henry Romero

Refugiados e migrantes oriundos da América Central aguardam serem registrados num centro improvisado do Instituto Nacional de Migração do México, em Matias Romero, no México, em 4 de abril de 2018.

**MAIS DE 700 000 ROHINGYA  
FUGIRAM PARA O BANGLADESH**



© RED DUFOUR/AFP/Getty Images

Refugiados rohingya atravessam o rio Naf do Myanmar para entrarem no Bangladesh, em Whaikhyang, a 9 de outubro de 2017.

**71 PAÍSES CRIMINALIZAM  
RELAÇÕES HOMOSSEXUAIS**



© BULENT KILIC/AFP/Getty Images

Uma ativista dos direitos LGBT transporta uma bandeira com as cores do arco íris, numa marcha no dia 1 de julho de 2018 em Istambul, depois das autoridades turcas terem banido a marcha anual do orgulho gay pelo quarto ano consecutivo.



© John Moore/Getty Images



**EUA**

## MAIS DE 6000 FAMÍLIAS REQUERENTES DE ASILO SEPARADAS EM 4 MESES

*“Tu aqui não tens direitos.”* Foram estas as palavras proferidas por oficiais norte-americanos a Valquiria, uma brasileira que procurou refúgio nos EUA, quando a separaram do seu filho de 7 anos. As mesmas palavras foram ditas a um homem de El-Salvador, quando ele protestou por o seu filho de 12 anos ter sido algemado enquanto outras três famílias eram separadas. Este é o destino partilhado por muitos outros que aguardam, há vários anos, em centros de detenção.

Vamos apelar às autoridades norte americanas para que parem de punir as pessoas que procuram refúgio nos EUA.

Estas são histórias de pessoas que procuram nos EUA proteção contra a violência, abusos e perseguições de que são vítimas nos seus países. Mais de 6000 famílias foram separadas em apenas 4 meses, num total de 8000 famílias desde 2017.

As condições em que as crianças separadas das famílias se encontram são degradantes: não têm água e comida suficientes, são expostas a temperaturas baixas, dormem em chão de cimento, são acordadas para verificações regulares, têm de usar casas de banho abertas sem qualquer tipo de privacidade e nem sempre há condições para tomarem banho.

Mateo, um bebé de um ano, ficou 85 dias separado dos seus pais e, quando lhes foi entregue, estava coberto de piolhos e sujidade. Hoje em dia, chora sempre que não consegue ver a sua mãe, Olivia, que disse à Amnistia Internacional que ele tem apresentado sintomas de stress pós-traumático.

© HAYRI TUNC/AFP/Getty Images



**TURQUIA**

## FAMILIARES DOS DESAPARECIDOS DEVEM PODER MANIFESTAR-SE

A 25 de agosto de 2018, a polícia em Istambul usou gás lacrimogéneo e canhões de água para dispersar um protesto pacífico de um grupo composto maioritariamente por mulheres, algumas com 80 anos de idade, conhecido como “Mães de Sábado”. Estas mulheres têm organizado vigílias pacíficas desde 1995 para protestar contra os desaparecimentos forçados dos seus familiares desde as décadas de 80 e 90. Exigem saber a verdade e exigem justiça.

Vamos apelar ao presidente turco que permita a realização das vigílias das “Mães de Sábado”, e que estas possam ocorrer em segurança.

Em 1999, as famílias dos desaparecidos foram obrigadas a suspender as vigílias devido a intimidação policial e perseguição. Os encontros semanais voltaram a acontecer em 2009, e têm continuado desde então. Exigem saber a verdade e justiça pelo desaparecimento

dos seus familiares. Em 2011, o presidente Erdoğan, então primeiro-ministro, reuniu-se com alguns dos familiares dos desaparecidos e prometeu que o governo iria começar a investigar os desaparecimentos.



## CHINA

### CERCA DE UM MILHÃO DE DETIDOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DO XINJIANG

As estimativas indicam que pelo menos um milhão de pessoas “desaparecidas” se encontram em campos de reeducação, ditos centros de “transformação-através-da-educação”. Centenas de milhares de famílias procuram desesperadamente saber o que aconteceu aos seus entes queridos.

Vamos apelar ao Presidente chinês para que acabe com estas detenções arbitrárias e que liberte de imediato todas as pessoas que se encontram injustamente detidas no Xinjiang.

Desde março de 2017 que se assistiu no Xinjiang a uma intensificação das detenções de pessoas provenientes de etnias predominantemente muçulmanas, após a publicação nessa região de um decreto contra a “radicalização”. Seguiram-se internamentos massivos, vigilância intrusiva, doutrinação política e assimilação cultural forçada contra os uigures, cazaques e outros grupos

étnicos predominantemente muçulmanos. A maioria das famílias desconhecem o destino das pessoas amadas, desaparecidas, e estão demasiado aterrorizadas para falar.

As razões para se ser enviado para um destes campos de detenção podem ser, entre outras: suspeita sobre a observância religiosa (barba, lenço na cabeça, evitar o álcool), contactos com familiares no estrangeiro, deslocações ao estrangeiro em negócios ou para estudar ou a utilização de WhatsApp, por ser uma aplicação encriptada e que não pode ser interceptada pelas autoridades.



## FEDERAÇÃO RUSSA

### REALIZADOR E ATIVISTA DEVEM SER LIBERTADOS

O realizador ucraniano Oleg Sentsov e o ativista social Alexandr Kolchenko foram condenados a 20 e 10 anos de prisão respetivamente no dia 25 de agosto de 2015 na sequência de um julgamento grosseiramente injusto num tribunal militar.

Vamos apelar às autoridades da Federação Russa que libertem imediatamente Oleg Sentsov e que tomem os passos imediatos para rever o caso de Aleksandr Kolchenko e que a menos que seja culpado de um crime reconhecível por lei, seja libertado de imediato.

Ambos foram acusados de terem criado uma célula de um “grupo terrorista” e de terem organizado “atos terroristas” em abril de 2014. Os dois homens opõem-se à anexação da Crimeia pela Rússia. Oleg Sentsov iniciou uma greve de fome no dia 14 de maio de 2018, com o objetivo de chamar a atenção para a situação e pedir a libertação de “todos os prisioneiros políticos ucranianos” que estão presos na Federação Russa. No dia 5 de outubro de este ano,

Oleg escreveu uma carta onde indicava que iria parar a greve de fome devido à “condição crítica da sua saúde e alterações patológicas nos seus órgãos”. De acordo com um familiar, desde 16 de outubro, Oleg Sentsov está no hospital Labytnangi em tratamento de suporte de vida. A sua situação é extremamente crítica e ninguém sabe como irá terminar. Acrescentou que algumas das consequências da sua greve de fome são irreversíveis.



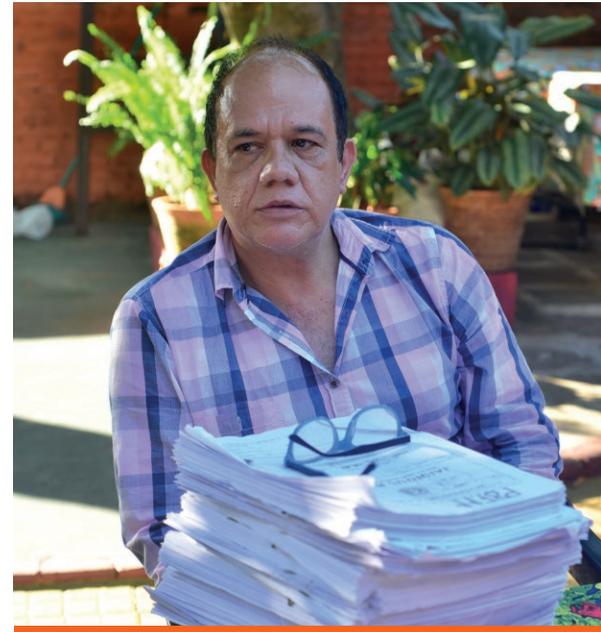
## AHED TAMIMI **ESTÁ LIVRE!**

A jovem ativista palestina, Ahed Tamimi, juntamente com a sua família, saíram à rua no dia 15 de dezembro de 2017, para protestarem contra a decisão do Presidente Trump de reconhecer Jerusalém como a capital de Israel. O desenrolar de eventos que se seguiu fez com que o seu primo de 14 anos, Mohammed, fosse tragicamente baleado na cabeça, após um disparo de curta distância efetuado por um soldado israelita.

A 19 de dezembro a casa da sua família foi invadida por soldados israelitas, Ahed foi detida e foi acusada de agressão agravada aos soldados, de obstrução do trabalho daqueles militares e ainda de incitamento em redes sociais.

Durante a sua detenção foi submetida a longas e agressivas sessões de interrogatório, algumas durante a noite, e foram feitas ameaças contra os seus familiares pelos interrogadores. A boa notícia da libertação de Ahed não pode fazer esquecer as centenas de crianças palestinas que se encontram em prisões e centros de detenção israelitas.

**O caso de Ahed Tamimi fez parte dos apelos mundiais da revista AGIR nº 1, da série IX. De Portugal foram enviados 4864 apelos. Obrigada a todas as pessoas que participaram.**



## **LIBERTADO** DE PRISÃO DOMICILIÁRIA

O advogado Raúl Marín tinha sido arbitrariamente preso em janeiro de 2016 por defender o direito à terra da comunidade de Marquetalia, no Paraguai. Raúl Marín é um antigo provedor adjunto e defensor de direitos humanos, que tem prestado ajuda legal às comunidades e famílias que reclamam o seu direito a habitação condigna como parte da sua luta por acesso à terra. Como consequência do trabalho que realiza foi alvo de campanhas difamatórias que se refletiram nos processos levantados contra si e pela forma como decorreram. O seu foi apontado como um dos casos emblemáticos do tipo de perseguição exercida sobre os ativistas e defensores do ambiente, território e terra no Paraguai e no Peru. Esteve quase dois anos em prisão domiciliária. Quando foi libertado escreveu à Amnistia:

*“Quero expressar o meu sincero agradecimento aos ativistas da Amnistia. Graças ao vosso apoio fui libertado de prisão domiciliária onde estive durante dois anos. Se não fosse a vossa colaboração, não teria acontecido.”*

© Amnesty International

## LIBERTADA **BLOGGER “MÃE COGUMELO”**

A *blogger* vietnamita Nguyễn Ngọc Như Quỳnh, partilhou artigos, apelou à ação contra a violência policial e em defesa do meio ambiente. É cofundadora de uma rede independente de mais de 1000 *bloggers* que atuam para aumentar a sensibilização para estes temas no Vietname. Em junho de 2017, foi condenada a 10 anos de prisão acusada de “propaganda” contra o Estado. As provas contra ela eram inconsistentes e incluíam o facto de ter participado em protestos públicos, ser autora de um relatório sobre a morte de pessoas sob custódia

policial e possuir coletâneas de poesia considerada crítica do Estado. Na prisão a sua saúde deteriorou-se, fruto também da greve de fome que fez para protestar contra as condições degradantes em que se encontrava. A boa notícia da sua libertação não pode fazer esquecer a tendência crescente que se verifica no Vietname de colocar na prisão qualquer pessoa que critique o governo. Mais de 100 pessoas ainda estão na prisão por se terem expressado pacificamente em público, em blogs ou no Facebook. Este caso fez parte da Maratona de Cartas de 2018. A condição para a



sua libertação era que partisse para o exílio. Neste momento ela encontra-se em segurança nos Estados Unidos da América e junto da sua família. Obrigado a todas as pessoas que contribuíram para a libertação da *blogger* “mãe cogumelo”.



© Amnesty International

## BOAS NOTÍCIAS **SOBRE A PENA DE MORTE**

O **Burkina Faso** tornou-se o mais recente país a abolir a pena de morte. O país já era considerado abolicionista na prática, mas a decisão parlamentar de acabar com esta prática abjeta também na lei é um excelente passo.

Da **Malásia** sopram ventos a caminho da abolição. O governo Malaio, que tinha anunciado em julho de 2018, uma moratória às execuções, fez saber em outubro que pretende abolir a pena de morte para todos os

crimes. Para tal, está a ultimar uma lei que vai ser discutida em outubro no parlamento e que depois de aprovada, permitirá ao país juntar-se ao número de países que são livres de pena de morte.

Também dos **Estados Unidos da América**, a luta abolicionista está a ganhar adeptos. **O estado de Washington tornou-se o 20º estado Norte-americano a abolir a pena de morte.**

## A sua assinatura pode salvar vidas.

Todos os dias, em várias partes do mundo, há pessoas cujos direitos humanos são violados. Em cada edição damos a conhecer os seus casos nos apelos mundiais. Pedimos que não fique indiferente e que assine e envie os postais. O resultado, é o que pode constatar nestas páginas.

# FÓRUM DA CORAGEM

Celebrando os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Amnistia Internacional Portugal organizou o Fórum da Coragem nos dias 7, 8 e 9 de dezembro, no Museu das Comunicações, em Lisboa. Durante estes dias, juntaram-se organizações da sociedade civil, entidades governamentais e defensores e defensoras dos direitos humanos para falar sobre os grandes desafios dos direitos

humanos da atualidade. No dia 7, debateram-se os processos e condições de acolhimento aos refugiados em Portugal, e pensaram-se modelos alternativos para o acolhimento. No dia 8, decorreu a Assembleia geral da Amnistia Internacional Portugal. No dia 9, decorreu a Cimeira da Coragem, com a presença de organizações que defendem os direitos humanos em Portugal e com o testemunho de ativistas e defensores de direitos humanos de vários países.

## DIA 7 DEBATE ABERTO EU ACOLHO OS REFUGIADOS

**Muito se diz sobre a forma como acolhemos refugiados. Mas como será que o fazemos verdadeiramente? E será que é real a ideia de uma crise de refugiados? Que soluções há para acolher em segurança e com respeito pelas pessoas que buscam segurança e uma nova oportunidade?**

Todas estas ideias e questões foram a debate neste primeiro dia do Fórum da Coragem, onde se juntaram entidades governamentais, organizações da sociedade civil e refugiados.

Na primeira sessão da manhã, o foco esteve nos processos iniciais de acolhimento, nomeadamente nos procedimentos e mecanismos disponíveis para as pessoas quando chegam e pedem asilo e o estatuto de refugiado em Portugal. Durante a manhã, houve ainda tempo para se falar sobre como vivem os refugiados em Portugal, sobre o acesso à saúde, à habitação e à educação, e sobre que estruturas de apoio têm para refazer a sua vida em Portugal. A moderação dos dois painéis foi, respetivamente, de João de Almeida Dias, jornalista com extensa investigação e trabalho nesta área, e de Cristina Santinho, investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia e Docente no ISCTE-IUL, com ampla investigação académica publicada sobre o tema em debate.

Durante a tarde, pensaram-se e trouxeram-se a debate formas alternativas de acolhimento, nomeadamente de bolsas de estudo e de programas de apadrinhamento de acolhimento pelas comunidades. Num primeiro momento, Tim Hanley, da Amnistia Internacional Irlanda, apresentou o trabalho desenvolvido nesta área, dando exemplos da Irlanda, Canadá, Reino Unido e Nova Zelândia, apresentação essa



que serviu de ponto de partida para o debate que se seguiu. A moderação foi de Pedro A. Neto, Diretor Executivo da Amnistia Internacional Portugal.

Os painéis contaram com a presença de Alexander Kpatue Kweh (Associação de Refugiados em Portugal), de André Costa Jorge (PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados e JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados), de António Castanheira (Câmara Municipal de Ourém), de Elizabeth Martins (União de Misericórdias Portuguesas), de Emília Lisboa (SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), de Lisa Dequech (Universidade do Porto), de Maria Carmona (CRESCER), de Mónica Frechaut (CPR - Conselho Português para os Refugiados), de Nour Machlah (Representante de Portugal no Conselho Consultivo Europeu para os Migrantes), de Tamim Mohamed Ali (União de Refugiados em Portugal) e de Vasco Malta (ACM - Alto Comissariado para as Migrações).

O dia terminou com o testemunho de um refugiado que contou, na primeira pessoa, todas as dificuldades por que passa quem sai das suas casas e do seu país em busca de segurança e de um lugar onde recomeçar.

## DIA 8 ASSEMBLEIA GERAL

No dia 8, decorreu a assembleia geral a Amnistia Internacional Portugal, onde foram apresentados e debatidos os planos da organização para o ano de 2019, culminando com uma ação de ativismo em celebração dos 70 anos da Declaração Universal do Direitos Humanos.



## DIA 9 CIMEIRA DA CORAGEM NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O dia 9, foi o dia dedicado a todas as pessoas e organizações que estão na linha da frente na defesa dos direitos humanos. Juntaram-se mais de uma dezena de organizações e associações de todo o país, com trabalho diverso em matérias de direitos humanos, desde a habitação, discriminação, racismo, direitos das mulheres, crianças, ambiente e alterações climáticas, ente outros. Foi também dia de ouvir testemunho inspiradores de corajosas defensoras e defensores de direitos humanos.

A primeira partilha inspiradora foi de Amin, Hashem, um sobrevivente da guerra na Síria, que falou sobre a coragem que é necessária para continuar e persistir quando todo o mundo nos diz que não tem um lugar para nós, ligando a coragem aos refugiados. Depois, Vitalina Koval, intimidada e atacada já por diversas vezes pelo seu trabalho enquanto ativista e defensora dos direitos LGBTI+ na Ucrânia, falou sobre a coragem de levantarmos a voz mesmo quando o mundo nos quer silenciar. De seguida, Asmita Basu, da Amnistia Internacional Índia, falou sobre a Coragem de sermos a mudança que o mundo precisa, falando sobre a vaga de repressão e intimidação a Amnistia Internacional e outras organizações de defesa dos direitos humanos atravessam neste momento na Índia. Idil Eser, ex-diretora executiva da Amnistia Internacional Turquia contou de seguida a sua experiência, falou de como foi presa injustamente, apenas pelo seu trabalho de defesa dos direitos humanos e sobre a coragem de encarar as injustiças como uma afronta pessoal.

No final, Pedro A. Neto, diretor executivo da Amnistia Internacional Portugal e Filipa Santos, Presidente da mesma organização, falaram dos desafios de ser ativista e defensor de direitos humanos hoje. O dia terminou com a encenação do Abecedário do Medo, um teatro performativo com direção artística de Susana C. Gaspar, do projeto Artes pela Amnistia.

A par com este programa repleto de histórias, inspiração e direitos humanos, quem marcou presença no Fórum da Coragem podia ainda ver várias exposições, instalações e performances, para além de atuar pelos casos da Maratona de Cartas de 2018 e claro, ficar saber tudo sobre o trabalho da Amnistia Internacional, sobre como se podem juntar a este movimento e como dar o primeiro passo para mudar o mundo.





**RESISTIMOS JUNTOS**

**VENCEMOS JUNTOS**

A Maratona de Cartas é o maior evento global de direitos humanos organizado pela Amnistia Internacional e este ano dedica o seu esforço e atenção à situação das mulheres defensoras de direitos humanos que, em todo o mundo, enfrentam níveis de abusos, intimidação e violência sem precedentes. Este ano a Amnistia Internacional coloca o foco da ação destas mulheres que são perseguidas, presas, torturadas ou mesmo mortas devido ao trabalho que realizam na defesa dos direitos humanos de todas as pessoas.

Em Portugal, a Amnistia Internacional está a trabalhar, de forma mais particular, sobre cinco mulheres que precisam da sua ajuda. Atena Daemi, do Irão, uma ativista pelo fim da pena de morte; Marielle Franco, do Brasil, uma defensora de direitos humanos em especial das mulheres negras, pessoas LGBTI e jovens; Nonhle Mbuthuma, da África do Sul, uma ativista que lidera a luta da sua comunidade contra uma empresa de exploração de titânio na sua terra ancestral; Geraldine Chácon, da Venezuela, que capacita jovens a defenderem os seus direitos em Caracas; e Vitalina Koval, da Ucrânia, defensora dos direitos LGBTI e dos direitos das mulheres.

A primeira maratona de cartas aconteceu há 16 anos e desde então foram realizadas milhões de ações a favor de ativistas em todo o mundo. Estas ações resultam e todos os anos há boas notícias de pessoas presas injustamente que são libertadas, torturadores que são levados à justiça e pessoas presas que são tratadas de modo condigno.

Na Maratona de 2017 conseguiram-se mais de 5 milhões e 500 mil apelos, oriundos de cerca de 70 países diferentes. Em Portugal quase duplicámos as participações do ano anterior, e do nosso país foram enviadas 308 750 assinaturas! Este ano queremos chegar ainda mais longe e para isso precisamos da sua participação.

**RESISTIMOS**

**JUNTOS**

**VENCEMOS**

**JUNTOS**



[www.amnistia.pt/euassino](http://www.amnistia.pt/euassino)





**CASOS  
DA  
MARATONA  
2018**



**ATENA DAEMI**  
IRÃO

ATIVISTA PELO FIM  
DA PENA DE MORTE



**GERALDINE CHÁCON**  
VENEZUELA

CAPACITA JOVENS A DEFENDEREM  
OS SEUS DIREITOS EM CARACAS



**MARIELLE FRANCO**  
BRASIL

DEFENDE OS DIREITOS  
HUMANOS, DAS MULHERES  
NEGRAS, LGBTI+ E JOVENS



**NONHLE MBUTHUMA**  
ÁFRICA DO SUL

LUTA CONTRA EMPRESA MINEIRA  
QUE EXPLORA TITÂNIO NA SUA  
TERRA ANCESTRAL



**VITALINA KOVAL**  
UCRÂNIA

DEFENDE OS DIREITOS  
LGBTI+ E OS DIREITOS  
DAS MULHERES



**ORGANIZE O SEU PRÓPRIO EVENTO**

Junte-se a milhares de pessoas em todo o mundo, participe e contribua para fazer acontecer a mudança. Se não assinou os apelos mundiais do número anterior da revista, pode fazê-lo online ou, ainda, organizar o seu próprio evento da Maratona de Cartas e alcançar a libertação de pessoas, aumentar a proteção a quem defende os direitos humanos.

Até ao dia 4 de janeiro pode solicitar o envio dos materiais para a realizar o seu próprio evento da maratona de cartas para sensibilizar os seus amigos, familiares, colegas de trabalho, vizinhos ou a sua comunidade. Pode organizar tertúlias ou debates, recolhas de assinaturas em bibliotecas, estabelecimentos comerciais, empresas ou eventos com familiares e amigos, etc.

Se quiser fazer alguma destas ações, nós damos os materiais. Basta enviar

um email com a indicação do tipo de evento que pretende realizar, quando e número previsível de exemplares dos apelos para Ana Farias (a.farias@amnistia.pt). Os materiais pedidos vão por correio. No fim da ação devem ser enviados para a sede da Amnistia Internacional até ao dia 31 de janeiro de 2019. Depois a Amnistia encarrega-se de enviar todos os apelos juntos para os respetivos destinatários.

Em alternativa assine os casos da Maratona de Cartas na página da

Amnistia em [www.amnistia.pt/euassino](http://www.amnistia.pt/euassino) e divulgue a Maratona de Cartas a toda a sua rede de amigos e familiares!

**Vamos resistir juntos para vencermos juntos. Contamos consigo!**



Assine online em:  
[amnistia.pt/euassino](http://amnistia.pt/euassino)



© Amnesty International

## CIMEIRA MUNDIAL TRAZ UMA NOVA ONDA DE COMPROMISSO PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Vinte anos passados desde a assinatura da Declaração das Nações Unidas sobre Defensores de Direitos Humanos, realizou-se em Paris uma Cimeira de defensores oriundos de várias partes do mundo. Durante o encontro defensores e organizações da sociedade civil discutiram formas de pressionar os governos, as corporações, instituições financeiras, doadores e outros agentes, para a criação de planos locais e nacionais que ajudem a fazer cumprir a declaração das nações unidas. Os documentos devem refletir maior proteção para os DDH e em particular para os defensores de direitos humanos das mulheres, LGBT+, defensores dos direitos dos indígenas. O Plano de Ação sem precedentes, que resultou da Cimeira, será lavado às Nações Unidas, em dezembro.

A Amnistia Internacional foi uma das organizações promotoras desta Cimeira, durante a qual o secretário-geral, Kumi Naidoo, lembrou: *“O nível de perigo enfrentado pelos ativistas em todo o mundo chegou a um ponto crítico. Todos os dias pessoas são ameaçadas, torturadas, presas e mortas por aquilo que lutam ou por, simplesmente, serem quem são. É agora o momento de agir para enfrentar o aumento global da repressão sobre os defensores de direitos humanos”*.

### **A DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS**

Em 1998 os governos adotaram a Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos como forma de

reconhecer o seu papel fundamental. Apesar dos progressos em algumas áreas, muitos governos continuam a não cumprir os compromissos assumidos há 20 anos. O contexto global atual em que os defensores de direitos humanos trabalham apresenta crescentes desafios, incluindo o aumento das ações concertadas para minar, desacreditar e silenciar os defensores de direitos humanos. O Plano de Ação pretende atacar estas injustiças e apoiar os defensores de direitos humanos para que possam continuar o seu trabalho fundamental num ambiente seguro. E também para que não se repitam casos como o de Marielle Franco.

**#EULUTOCOMOMARIELLE**



## VHILS HOMENAGEIA VIDA E TRABALHO DE MARIELLE FRANCO NUM MURAL

O dia 14 de março de 2018 vai ficar tristemente na história como o dia em que a defensora de direitos humanos brasileira, Marielle Franco, foi brutalmente assassinada juntamente com o seu motorista Anderson Gomes. Marielle Franco, que tinha sido eleita vereadora municipal, cresceu numa favela no Rio de Janeiro e dedicou a sua vida à luta pelos direitos dos residentes mais pobres e marginalizados da cidade. Trabalhou sempre de forma incansável para promover os direitos das mulheres negras, pessoas LGBTI (Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transgênero e Intersexuais) e dos jovens negros nas favelas. Nove meses após o seu assassinato, registaram-se poucos progressos na investigação.

Em todo o mundo, todos dias, há defensores de direitos humanos que têm um destino semelhante, que pagam um preço demasiado alto por defenderem os direitos humanos de todos. Foi para lembrar estas pessoas que Amnistia Internacional criou a iniciativa Brave Walls, que usa a street art como uma forma de alertar para o trabalho que realizam os defensores de direitos humanos e que os coloca em

risco. O mais recente trabalho a integrar esta iniciativa pertence ao artista português Vhils, que criou um mural dedicado a Marielle Franco. O mural foi inaugurado no festival Iminente que de 21 a 23 de setembro ocupou o Miradouro Panorâmico de Monsanto, em Lisboa. Na altura Alexandre Farto, AKA Vhils lembrou: “Sinto-me honrado com o convite da Amnistia Internacional para participar na sua campanha para consciencializar para a vida e para o trabalho de Marielle Franco. Poder usar a minha arte para lançar uma luz sobre o seu caso é um privilégio e convido todas as pessoas a agirem apoiando a Amnistia Internacional”.

A Amnistia Internacional tem uma petição para as autoridades brasileiras pedindo que envidem todos os esforços para levar os responsáveis pelo assassinato de Marielle à justiça.



Conheça outras *Brave Walls*.  
[bit.ly/bravewalls](https://bit.ly/bravewalls)

### ATUALIZAÇÃO DO CASO DE MARIELLE FRANCO

Decorridos nove meses desde o assassinato de Marielle poucos têm sido os desenvolvimentos na investigação. Recentemente, o Ministro da Segurança Pública do Brasil declarou que testemunhas teriam denunciado haver uma articulação criminoso para atrapalhar as investigações ao assassinato de Marielle Franco e de Anderson Gomes. Diante de tal denúncia, o Ministro declarou que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal iriam “investigar as investigações” do caso Marielle para apurar possíveis interferências indevidas ou irregularidades. A Amnistia Internacional continuará a acompanhar a investigação e exigir que seja feita justiça.

# 19<sup>o</sup> Encontro Nacional de Jovens



## Direitos Humanos: “eu escolho agir!”

Este foi o mote do 19<sup>o</sup> Encontro Nacional de Jovens que a Amnistia Internacional realizou de 1 a 4 de novembro de 2018, na Colónia de Férias “O Século” em São Pedro do Estoril.

A iniciativa teve o apoio da Câmara Municipal de Cascais no âmbito do programa Cascais 2018 – Capital Europeia da Juventude. Durante quatro dias, jovens de todo o país descobriram como juntar a sua voz à de outras pessoas que querem fazer a diferença!

APOIO:





## OLHAR NOS OLHOS DO PROBLEMA:

### A minha experiência no 19º Encontro de Jovens da Amnistia Internacional

O encontro começa com um exercício simples: juntem-se em pares e olhem-se nos olhos durante 4 minutos. Apenas duas regras: não desviem o olhar, não falem. Deixem os olhos falar.

À minha frente está uma jovem de 15 anos. Não a conheço, pouco sei sobre ela. No entanto, passado os primeiros 30 segundos de estranheza inicial deixo-me envolver com facilidade.

Rapidamente me esqueço que estou numa sala com 60 pessoas. Naquele momento só existem os seus olhos e o seu olhar. Um olhar de quem já viveu o que não devia e de quem não viveu o que queria. Mas na verdade não sei se isso é verdade, afinal são apenas olhos.

O que sei é que quando paramos e observamos o outro ficamos com

vontade de saber mais. Talvez seja esse o objetivo do exercício: habituarmo-nos a parar e assistir ao que nos rodeia. No entanto, sem tirar conclusões precipitadas porque aquilo que nós vemos não é a realidade, mas apenas a nossa interpretação da mesma. Para a conhecer, não basta ver é preciso ouvir. Foi isso que também fizemos durante o encontro.

Ouvimos o Omar, um refugiado que como muitos milhões fugiu da guerra na Síria, não em busca de uma vida melhor, mas de um sítio onde a possa continuar a ter. Tivemos também o prazer de conhecer a Geraldine. Alguém que vive constantemente com o medo que o seu futuro represente um regresso ao passado na prisão. Ainda assim,

apesar do risco que defender os direitos humanos constitui para a venezuelana, ela não hesita em educar quem a rodeia para a importância dos mesmos.

Depois de vermos e ouvirmos vem o último passo: o da decisão, da ação e do ativismo. Felizmente todos nós saímos com a certeza que estes jovens e recém-adultos estão do lado dos direitos humanos e com mensagem certa para o mundo: a de que não chega identificarmo-nos com os direitos humanos, é preciso ser Brave e agir para os garantir, elevando a nossa voz por aqueles que vêm os seus direitos mais básicos violados.

O mundo agradece.

*José Maria Bourbon*





## CONHEÇA A NOSSA EQUIPA

### PAULA MATRENO

RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS

Olá!

O meu nome é Paula Matreno, tenho 53 anos e sou a responsável pela manutenção dos espaços da sede da Amnistia Internacional em Portugal.

É com enorme prazer que asseguro a limpeza dos escritórios desde dezembro de 2008, contribuindo para o bom funcionamento e bem-estar de toda a equipa que, diária e incansavelmente, luta pela igualdade e liberdade dos seres humanos.

Apesar do meu trabalho ser realizado longe dos olhos da maioria, nunca me senti menos valorizada e apoiada.

Orgulho-me de trabalhar na Amnistia Internacional, e fazer parte desta organização exemplar na defesa e proteção dos direitos humanos.

*Paula Matreno*

As montanhas são das coisas mais bonitas do mundo. Levam milhões de anos a formar-se. Inspiram silêncio e contemplação de tão grandes que são. Formam-se no conjunto de duas forças. A pressão e o tempo. Ambos trabalham em silêncio. Ninguém os vê. Ninguém vê uma montanha a formar-se.

O mesmo acontece na vida, no trabalho, no quotidiano. **Os trabalhos mais importantes não são os de quem aparece em cima do iceberg e dá a cara ou a voz. São os de todos aqueles que fazem acontecer, no silêncio, a cada dia, continuamente, sem sequer darmos conta.**

Quase ninguém conhece a Paula. Chega sempre largas horas antes dos profissionais ao escritório. Algumas vezes vem ao fim de semana para limpezas mais profundas. Os que não a conhecem são alguns, mas todos nós beneficiamos do seu trabalho dedicado. Semana após semana, os espaços que utilizamos e as ferramentas com que trabalhamos estão sempre impecavelmente limpas e arrumadas. Nem precisamos de pensar nisso. Sem a Paula, nenhum de nós, profissionais ou ativistas e voluntários poderia fazer o seu trabalho.

Obrigado Paula pela sua dedicação, pelo seu zelo, pelo exemplo que é para todos nós. Que saibamos estar à altura do seu espírito de serviço e dedicação sempre.

*Pedro Neto*

Diretor executivo, Amnistia Internacional - Portugal



## SER RECRUTADOR DA AMNISTIA

### Expectativas VS Realidade

Quando há uns meses me candidatei para o projeto Face to Face da Amnistia, fi-lo com um misto de coerência naquilo em que acredito, necessidade de experimentar, inconsciência ao não pensar demasiado e medo de falhar. Contraditório? Talvez apenas humano. Já vai perceber porquê.

Felizmente o Facebook tem, se bem usado, bastantes vantagens, e quando me apareceu o anúncio à frente não consegui encontrar nenhuma desculpa suficientemente forte para não me candidatar. No entanto, isso não me impediu de 'borrar a cueca' (no sentido figurado, não se preocupem) quando me ligaram a dizer para ir a uma entrevista e mais tarde me disseram que tinha ficado. E porquê? Porque tinha ideias feitas e medos criados por mim, pelo meio onde vivo e pelas pessoas que mais regularmente convivem comigo, todos eles desenvolvidos sem conhecimento de causa:

"Mas vais andar nas ruas? Isso é um trabalho muito difícil. Eu acho que não vais gostar. Vais te faltar. Tens a certeza que queres isso?"

Talvez também te passe pela cabeça, ou por daqueles que te rodeiam, que ir para a rua "chatear" as pessoas para agirem na defesa dos seus direitos, não é supostamente o trabalho que

se quer ter depois de ter tirado uma licenciatura e um mestrado, como se houvesse empregos de primeira e de segunda.

A juntar a tudo isto estava o meu medo de falhar: falhar por não ter arcaboço para suportar, por um lado, o facto de 80% das pessoas não irem querer parar para falar comigo e, por outro, as respostas pouco simpáticas que iria receber com alguma frequência.

**(...) este trabalho permite-me ter o prazer impagável de abanar as pessoas, de as fazer questionar sobre aquilo que acreditam ser a forma certa de ver o mundo e muitas vezes chegar mesmo a mudar a forma como pensam**

Estas eram as minhas ideias pré-concebidas e medos. A verdade é que a realidade em pouco ou nada se tem assemelhado às expectativas. Desde o primeiro dia, que tenho estado estranhamente à vontade a falar com as pessoas, aceitando os 'nãos' com desportivismo e abraçando os 'sins' com a noção do privilégio que representam.

Privilégio, em primeiro lugar, porque estamos a falar de pessoas que vêm interrompidas, por um desconhecido,

o curso normal do seu dia e decidem parar para me ouvir.

Mas maior privilégio ainda é que este trabalho permite-me ter o prazer impagável de abanar as pessoas, de as fazer questionar sobre aquilo que acreditam ser a forma certa de ver o mundo e muitas vezes chegar mesmo a mudar a forma como pensam, ou pelo menos, como agem sobre aquilo que pensam. Sendo que ao fazê-lo, estou (acredito eu) a ajudar a tornar o mundo um bocadinho melhor, mais humano e mais solidário.

Na verdade, o meu maior problema neste início de trabalho na Amnistia tem sido mesmo lembrar-me de que se trata de um trabalho. Ou seja, garantir que não perco a objetividade e não me deixo ir nas conversas intermináveis com as pessoas interessantes com quem falo diariamente.

Mas olhem: que todos os problemas fossem termos o privilégio de nos perdermos no prazer do trabalho!

### JOSÉ MARIA BORBON

Recrutador da equipa Face to Face de Lisboa



# DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

No ano em que se comemoram os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Amnistia Internacional convidou 5 ilustradores de todo o mundo a interpretar cada um dos 30 artigos da declaração.

#### Ilustrações:

1, 8, 11, 16, 19, 24 © Catalina Vasquez | 2, 10, 15, 23, 26, 28 © Mojtaba Adibi  
3, 5, 9, 17, 22, 29 © Kamila Bassioni | 4, 7, 12, 14, 21, 25 © Mario Pinheiro  
6, 13, 18, 20, 27, 30 © Subin Yang